

# Ulysses faz acordo com “moderados” e salva o Cabral 2

Do enviado especial e da Sucursal de Brasília

Um acordo de lideranças, encaminhado pelo presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, e que deve ser fechado hoje, permitirá a apresentação de emendas ao anteprojeto de Constituição que sair da Comissão de Sistematização (hipótese vetada pelo regimento em vigor). Com isso, abre-se o caminho para salvar o Cabral 2 que estava ameaçado desde anteontem pela ação dos constituintes auto-intitulados “moderados” e que, ontem, cunharam um novo nome para o grupo: Projeto Brasil.

O esvaziamento da crise se deu em duas etapas: na primeira, Ulysses cancelou as votações no plenário do Congresso constituinte, que deveriam começar ontem, até que a Comissão de Sistematização encerre os seus trabalhos (no dia 16 ou 17). Objetivo: evitar que os descontentes impetrassem recurso junto ao Supremo Tribunal Federal, alegando que o regimento obriga ao envio ao plenário de todo o texto aprovado pela Sistematização e não de pedaços dele, como Ulysses pretendia fazer até anteontem. Na segunda etapa, Ulysses atende à essência do projeto de resolução preparado pelos “moderados”, que é a possibilidade de apresentar emendas ao texto que for aprovado pela Sistematização.

Até o fim da tarde de ontem, restava apenas uma dúvida: os “moderados” querem que as emendas possam compor um capítulo inteiro do futuro texto constitucional, enquanto as lideranças do PMDB e da Constituinte acham que elas devem seguir o ritmo de emendar artigo por artigo.



ção de força dos “moderados” do que para gerar efeitos concretos. Em caso contrário, o projeto será de qualquer forma apresentado, quando o plenário finalmente começar a votar, dia 17 em princípio.

Mas as duas hipóteses dependem do número final de assinaturas colhidas: se elas chegarem no mínimo a 280 (maioria absoluta do Congresso constituinte de 559 parlamentares), o grupo “moderado” terá demonstrado a sua força. E essa movimentação é acompanhada pelo Palácio do Planalto “com interesse”, como diz o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil.

Interesse fácil de explicar: seria a primeira vez em que um bloco suprapartidário conseguiria demonstrar que tem maioria na Constituinte. É claro que essa eventual maioria não significa que ela esteja de acordo com todas as teses do Planalto. “Sistema de governo, por exemplo, é um tema que sequer se conversa no grupo, porque nos divide praticamente ao meio”, diz Ricardo Izar.

Mas, de qualquer forma, seria uma maioria disposta a contestar os mecanismos de funcionamento da Constituinte, que desagradam ao Palácio, porque a visão palaciana é a de que a Comissão de Sistematização

tem um perfil diferente do perfil geral da Constituinte.

Mesmo que o Projeto Brasil não chegue à maioria absoluta, mas fique perto dela, “obrigará os restantes a transigir e a negociar”, como diz o deputado Antônio Delfim Netto (PDS-SP), direita. Objetivo da negociação, na visão coincidente de Delfim e de Luiz Eduardo Magalhães: retirar do texto constitucional e passar para a legislação ordinária temas que, na visão deles, não cabem na Constituição, como estabilidade de emprego, 44 horas semanais de trabalho etc. (Clóvis Rossi e Alexandre Polesi)



Ulysses (dir.) e Bernardo Cabral conversam durante a sessão da Sistematização

Como é possível alterar todo um capítulo por meio de emendas a cada um de seus artigos, fica fácil fechar o acordo. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, depois de consultar líderes do PDS, PTB, PDC e PL, afirmava no fim da tarde: “Só há resistência nos que querem ‘melar’ o jogo”. “Vitorioso o fato político que criamos, nem precisamos usar a arma do projeto de resolução”, dizia, de seu lado, o deputado federal Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos articuladores do Projeto Brasil.

Raciocínio idêntico era feito por Ricardo Izar (PFL-SP), direita. O que Izar e Magalhães batizam de “fato político vitorioso” é a obtenção de 273 assinaturas (nas contas de Izar) ou 276 (de Magalhães) no projeto de resolução preparado pelo grupo, com a colaboração de Henrique Hargreaves, da assessoria parlamentar do Gabinete Civil da Presidência.

Na liderança do PMDB, duvida-se que os “moderados” tenham chegado, de fato, à essa cifra, até porque pelo menos três dos que assinaram (os pedetistas Adroaldo Streck, Chico Humberto e João de Deus Antunes) divulgaram nota ontem, anunciando a retirada de suas assinaturas.

## Descontentamentos

Na verdade, o projeto de resolução acabou sendo a confluência de descontentamentos de diferentes origens. Alguns assinaram estimulados pelo Palácio do Planalto, para derrubar o parlamentarismo, já aprovado pela Sistematização; outros, para podar trechos dos capítulos referentes à Ordem Econômica e Social; e outros mais, “porque nos sentimos marginalizados, já que a Sistematização desprezou propostas que colhemos nas nossas bases”, como diz Paulo Zarzur (PMDB-SP), centro.

A manobra de Ulysses não definiu de uma vez por todas o destino do projeto de resolução e das assinaturas nele colhidas: se o acordo for satisfatório para o grupo, o documento poderá ser entregue apenas a Ulysses Guimarães, mais como demonstra-

## Regimento proíbe alterações no projeto inteiro

## projeto inteiro

Toda e qualquer modificação no substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, só pode ser feita a partir da votação de pedidos de destaque (que alteram artigos, parágrafos, incisos e palavras do texto) e com a aprovação da maioria dos membros da Comissão de Sistematização (47 votos — a metade mais um dos membros).

O regimento da comissão proíbe a apresentação de emendas que tentem alterar todo o projeto apresentado por Cabral ou mesmo de emendas que proponham modificações em todo um título ou capítulo. As alterações têm de ser feitas por partes. Isso está regulamentado pelo artigo 19 do regimento da Comissão de Sistematização, que diz ser “vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto ou substitutivo, ou que diga respeito a mais de um dispositivo modificado ou acrescido”.